

BENTO, Berenice. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017. 329 p.

Resenhado por Amanda Oliveira Rechetnicou¹
(Universidade de Brasília – UnB)

Na esteira dos estudos sobre direitos humanos, o que a pesquisa acadêmica e ativismo podem oferecer para o enfrentamento de práticas hegemônicas que excluem, desumanizam, colonizam e violentam? Ao se unir a movimentos de lutas e resistências, como a pesquisa em direitos humanos pode contribuir para o reconhecimento de saberes e vozes críticas frente aos projetos coloniais que tanto encontram legitimidade em nossas universidades? *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos* reúne diversos textos que exprimem a potencialidade do entrecruzamento entre a produção científica e a atuação política no que tange aos estudos sobre direitos humanos e as questões das sexualidades e dos gêneros.

Ao unir pesquisa e práxis, o livro evidencia os esforços de uma pesquisadora – Berenice Bento – na luta por uma universidade descolonizada, “cuja produção de conhecimento deve estar a serviço de um mundo para além do sistema-mundo capitalista, patriarcal, eurocêntrico, cristão, moderno e colonialista” (GROSFOGUEL, 2016, p. 46). Berenice Bento é professora pesquisadora da interface entre Sociologia e Antropologia, com pesquisas em decolonialidade, estudos *queer*, direitos humanos e marcadores sociais da diferença (gênero, sexualidade, raça e etnia). Desafiando os padrões identitários hegemônicos, a autora apresenta em *Transviad@s* formas mais humanas de identificar e afirmar a existência de mulheres trans, homens trans, travestis, lésbicas, gays... Logo na apresentação do livro, Bento se coloca como pesquisadora/ativista dos direitos humanos e feminista, segundo uma perspectiva que rejeita o “feminismo acadêmico de estado” e a institucionalização do feminismo nas universidades.

Seu livro é uma coletânea de textos resultados de suas produções/atuações e é composto por seis seções organizadas a partir dos conjuntos de textos publicados em âmbito acadêmico e midiático, a saber: *I Comunicações; II Entrevistas; III Artigos de opinião; IV Ensaios; V Apresentações de livros; VI Resenhas*. Tais textos revelam os enfrentamentos diários da autora nas

¹ Doutoranda em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Possui Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás - UEG (2016) e graduação em Letras - Português e Inglês pela mesma universidade (2013). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise de Discurso Crítica (ADC) e Análise Crítica de Gêneros discursivos (ACG), atuando principalmente nos seguintes temas: análise do discurso, gêneros discursivos, discurso de resistência, gênero e representações femininas. Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Campus Anápolis (GO). E-mail: amanda_yea@hotmail.com

trincheiras da luta por “uma sociedade que compreenda que a maior riqueza de uma nação está na existência de uma sociedade diversa, plural e que compreenda a diferença não como anormalidade, como como condição mesma do humano” (p. 26).

“Quem tem direito aos Direitos Humanos?” é uma das questões centrais dos estudos tranviad@s propostos pela autora. A noção de humanidade tem sido sustentada na modernidade/colonialidade por projetos políticos que se valem das categorias gênero, raça e etnia para distribuir níveis diferenciados de humanidade. Essas categorias são importantes para a manutenção da dominação e afetam as múltiplas dimensões da vida social, desde a sexualidade, as relações de gênero, a organização das instituições e do trabalho até as estruturas do conhecimento (QUIJANO, 1992). Tendo em vista as opressões de gênero, sobretudo, de pessoas trans, Bento, em seu livro, coloca em xeque o conceito de “humano” e as concepções essencializadas de identidade, gênero e heteronormatividade. A propósito, o termo “transviad@s” trata-se de uma tradução cultural que a pesquisadora/ativista faz de *queer studies*, uma tradução criativa e ousada que, mais uma vez, aponta para sua preocupação em contestar um pensamento colonizado sobre gênero e sexualidade.

Nos diversos textos organizados na coletânea, a autora discute, dentre outras coisas, as relações de poder que envolvem as disputas em torno das sexualidades e dos gêneros; questiona as categorias e representações universais no âmbito das produções acadêmicas; apresenta paradigmas e limitações dos estudos feministas acerca da corporalidade e da transexualidade; propõe um estudo sobre a abjeção em consonância com o debate sobre os significados de “humanidade” e direitos humanos; aborda questões legais e políticas sobre a violência de gênero e o transfeminicídio; e levanta reflexões de suma importância sobre a transexualidade no âmbito da saúde, sobre a patologização e as visões biomédicas hegemônicas que circulam nesse contexto.

Na seção *I Comunicações*, encontramos oito comunicações acadêmicas que vão de relatos de viagem e experiências a observações e análises. Em *Gênero e sexualidade como armas de guerra e Brasil: do mito da democracia às violências sexual e de gênero*, a autora aborda a temática central de sua pesquisa em suas relações nacionais e internacionais. No primeiro, Bento se concentra em anotações de suas viagens a Palestina, Paris, Valência e Nova York, analisando o poder que os discursos hegemônicos ocidentais sobre gênero e sexualidade ocupam nas guerras internas e externas de um país. No segundo, discute-se a exclusão da população LGBT no Brasil e o modo como a suposta democracia legal brasileira vela as desigualdades e as violências sexual e de gênero. O trabalho também apresenta e caracteriza o transfeminicídio no país, chamando atenção para a política de extermínio das pessoas trans na sociedade brasileira.

Outras comunicações centram as discussões sobre gênero e sexualidade a partir das relações com o discurso da área da saúde. No trabalho *O processo de revisão do DSM-5: gênero é uma categoria cultural ou de diagnóstico?*, Bento produz uma análise do capítulo “Disforia de Gênero” da quinta versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais (DSM), com foco no debate sobre as identidades trans. A autora questiona o projeto de colonização epistemológico que envolve a produção de tal documento, já que tende a universalizar concepções locais (dos Estados Unidos) para as mais variadas expressões globais de gênero. Na comunicação *Sexualidad y experiencias trans: del hospital e la habitación*, a discussão acerca da transexualidade estabelece um diálogo com os conhecimentos psi-médicos (da Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise) e se contrapõe à hegemonia desses conhecimentos no debate sobre os corpos e os desejos trans. Já no texto *A luta mundial pela despatologização do gênero*, a autora problematiza os principais argumentos utilizados em defesa da patologização das pessoas trans.

Ainda nessa seção, são apresentadas comunicações sobre a concepção de abjeção e humanidade. Em *Por uma Sociologia das abjeções*, Bento preocupa-se com a pouca atenção que as pesquisas sociológicas têm dado aos sujeitos abjetados, como as mulheres trans. Entende-se “Sociologia das abjeções” como uma perspectiva que contesta a concepção de “humano” que justifica os processos de desumanização daqueles/as que não atendem à significação hegemonicamente legitimada de gênero. Essa perspectiva, pensada cultural, política e historicamente, entrecruza gênero, raça e classe social, dando atenção aos corpos que sofrem com as condições de vida desumanizadoras, como é o caso das existências trans.

Discussão semelhante ocorre em *Los Límites de los Derechos Humanos*. Ao problematizar as teorias e práticas feministas, a autora associa intrinsecamente a noção de “humano” e os Direitos Humanos. Atenta-se para o modo como essa categoria opera nossas políticas na atribuição de direitos legais e questiona as bases fundantes da concepção de humanidade, que tem historicamente legitimado as violências de gênero e destituído as pessoas trans de direitos. A discussão sobre violência também é levantada na última comunicação da seção – *Famílias e novas conjugalidades*. Aqui, a autora lembra que a instituição família tem sido estudada há muito como um espaço de violência. Em casos de pessoas trans, que são expulsas e excluídas das famílias consanguíneas, observa-se a formação de famílias inventadas construídas a partir de uma rede de apoio e solidariedade. Nesse contexto, Bento defende a legitimidade das novas conjugalidades, independente do reconhecimento estatal, ao indagar: “exigir legitimidade passa por exigir reconhecimento do Estado? A vida vivida não está para além do Estado?” (p. 104).

A seção que se segue – *II Entrevistas* – agrega quatro entrevistas que, em geral, Berenice Bento fala sobre sua pesquisa e suas perspectivas teóricas. *Nós fazemos gênero no dia a dia* traz a voz de uma pesquisadora engajada, que defende a dissociação entre gênero e estrutura biológica. Bento compreende corporalidade, gênero e transexualidade socialmente, não em termos de uma lógica biológica e patologizante. A entrevista *Binaridades não ajudam a entender as relações sociais manifestadas nas eleições* apresenta uma visão instigante e notável sobre a discriminação entre os estados, principalmente contra os/as nordestinos/as, nas eleições presidenciais de 2014. Na entrevista *É o queer tem pra hoje? Conversando sobre as potencialidades e apropriações da teoria queer ao sul do Equador*, Berenice Bento interpreta a experiência transexual a partir da perspectiva *queer*, situando as pesquisas e produções teóricas produzidas segundo essa abordagem na América Latina, em especial, no Brasil. Por fim, a entrevista *Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento* tem como foco o empenho da autora na defesa da despatologização das identidades trans, num diálogo com perspectivas teóricas como a de Judith Butler.

A terceira seção – *III Artigos de Opinião* – traz quinze artigos publicados pela autora em diferentes jornais, como o *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, bem como em páginas eletrônicas e blogs. Neles, a autora discute, além de outros temas, questões legais e de direitos que envolvem a categoria gênero. Em artigos como *Disputas de gênero, Um cavalo de Troia chamado PL 72/2007, Direito à identidade de gênero: entre a gambiarra e o direito pleno, Carta-desabaFO e Transgênero, direitos humanos e legislação*, Bento retoma posicionamentos pertinentes a respeito das concepções biológicas e de diferença sexual que pautam as decisões legais acerca dos gêneros e da transexualidade. Lança, com isso, discussões que visam o reconhecimento e a garantia de direitos a pessoas trans, inclusive no âmbito da saúde.

Artigos como *Heterossexualidade e poder, A cerveja e o assassinato do feminino, Quando a intolerância virar passado e Um minuto de silêncio* trazem à tona o debate sobre violências de gênero. A autora assevera a respeito das limitações legais e a dimensão complexa do transfeminicídio. Ao fazer uma leitura crítica das violações de direitos, como o direito à vida, a que estão submetidas as pessoas trans, Bento reforça o caráter cruel das concepções e práticas que esvaziam essas pessoas de humanidade e, por conseguinte, restringem suas possibilidades de reivindicação aos direitos humanos.

Os artigos levantam considerações mais pontuais sobre discriminação e desigualdades sociais. No artigo *Solução final da questão palestina*, coloca-se em pauta os/as palestinos/as refugiados/as e os discursos que naturalizam uma visão negativa contra esse povo. O tema também

perpassa o artigo *Quem é o retrógrado?*, em que a autora contesta veemente os discursos que reforçam a discriminação contra as pessoas do Nordeste do país.

A próxima seção, intitulada *IV Ensaios*, apresenta três ensaios da autora, que revisitam as temáticas encontradas nos textos anteriores. São eles: *Verônica Bolina e o transfeminicídio no Brasil*; *Determinismo biológico revisitado: raça e gênero*; *Queer o quê? Ativismo e estudos tranviados*. Numa perspectiva decolonial, Bento cruza raça, classe e gênero para falar do transfeminicídio no Brasil, do determinismo biológico que cerca as políticas públicas brasileiras e das práticas acadêmicas e ativistas *queer*. A autora coloca luz sobre o lugar do Estado nesse debate. Para ela, “não é possível o Estado continuar impunemente assassinando, violando, torturando e amedrontando as pessoas trans sem que haja a indignação necessária para fazê-lo parar” (p. 236).

As duas últimas seções – *V Apresentações de Livros* e *VI Resenhas* – apresentam publicações da autora acerca de outras obras que também se situam nas Ciências Sociais e vão ao encontro das concepções de Bento sobre gênero, sexualidade e direitos humanos. Ao dialogar com as obras apresentadas e resenhadas, a autora aponta para a produção discursiva de resistência que tem caminhado cada vez mais no âmbito acadêmico e das práticas sociais no que se refere a temas como transexualidade e poder. Também aqui vemos a constante presença da discussão sobre os paradigmas e limitações das teorias feministas em relação a essa temática – como ocorre na resenha *Corpo-projeto*, do livro *A construção dos corpos*, organizado por Cristina Maria Teixeira Stevens e Tânia Navarro Swain.

“Onde há poder, há resistência”, diz Foucault (1988, p. 91). E é na resistência que Berenice Bento atua. Seu engajamento nos estudos transviados acerca da transexualidade se dá entre o espaço da ciência e o espaço das práticas sociodiscursivas da vida diária. Assim são produzidos discursos de resistência que se caracterizam não apenas por desvelar estratégias de dominação, mas principalmente por construir representações e identificações dissidentes do padrão hegemônico. O olhar da autora sobre as questões da transexualidade e os direitos humanos problematiza as representações binárias e as lógicas de abjeção que marginalizam e oprimem aquelas e aqueles que não cabem nos moldes hegemônicos de corporalidade, sexualidade, experiência e desejo.

Ao tratar das violências de gênero e do transfeminicídio da Brasil, as produções/atuações encontradas no livro revelam a indignação de uma pesquisadora/ativista com a naturalização e a impunidade que definem o modo como a sociedade e o Estado veem os assassinatos de pessoas trans no país. Ao discutir sobre isso para além dos muros da universidade, percebe-se na obra as práticas de resistência contra os aparatos legais e estatais que reproduzem e legitimam as violências

sexuais e de gênero. Nesse sentido, a produção/atuação de Bento pode ser compreendida como uma das atuações de resistências potenciais em nossa sociedade, já que visam contribuir para instabilizar as maneiras recorrentes de instauração e manutenção das relações assimétricas de poder no âmbito das questões de gênero e de sexualidade.

Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos, portanto, pode ser considerada uma obra de resistência, que abre espaço para projetos de reconhecimento das pessoas trans, que contribuam para a visibilidade e legitimidade social de pessoas que, historicamente, têm sido relegadas à margem, invisibilizadas ou até mesmo desumanizadas. Trata-se de um livro de interesse a todas e todos que também lutam por uma universidade, ou melhor, por uma sociedade que enxergue, escute e reconheça agentes sociais que, por vezes, sofrem injustiças e violência baseadas nas relações de gênero.

Recebido em: novembro de 2017
Aprovado em: dezembro de 2017
amanda_yea@hotmail.com
[DOI: 10.26512/les.v18i3.7458](https://doi.org/10.26512/les.v18i3.7458)

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. v. 1.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, volume 31, número 1, p. 25-46, jan./abr., 2016.

QUIJANO, A. Colonialidade e modernidade/racionalidade. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. In.: BONILLO, H. *Los conquistados*. Bogotá: Tercer Mundo; FLACSO, 1992. p. 437-449.